

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001304-05.2011.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Informação indisponível >>**  
 Requerente: **Luiz Carlos Martinez**  
 Requerido: **Satchimo Com Livros Serviços e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos.**

**LUIZ CARLOS MARTINEZ** ajuizou a presente **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO cc INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **SATCHIMO COM. LIVROS SERVIÇOS**, todos nos autos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, ao tentar efetuar compra no comércio local foi surpreendido com a notícia de que seu nome havia sido inserido nos órgãos de proteção ao crédito por ordem da requerida, com quem não manteve qualquer relação negocial. Pediu a procedência da ação para ver declarada a inexistência da dívida e ser indenizado pelos danos morais sofridos.

A inicial veio instruída com documentos.

A requerida foi citada por edital. Sua sócia Maria Lúcia compareceu aos autos em nome próprio alegando sua ilegitimidade



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

passiva. O curador especial nomeado por conta da revelia contestou o feito por negativa geral (cf. fls. 94). A respeito confira-se o lançado na decisão de fls. 146.

Em resposta à determinação do juízo foram carreados ofícios às fls. 141 e 153.

**É O RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

A causa comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, II, do CPC.

Pelo contrato trazido a fls. 119 e ss vemos que Maria Lucia se retirou da sociedade ré em 08/07/2011. O registro na JUCESP foi feito em 06/10/11. Assim, na data da citação, concretizada em 27/10/15 (v. fls. 97v), não compunha ela a sociedade, o que convalida o chamado por edital e a defesa genérica carreada pelo Curador Especial.

A pretensão é procedente.

A requerida foi devidamente citada e não apresentou defesa. Aquela apresentada pelo curador especial não tem força para desconstituir a procedência do reclamo.

Resta evidente, pois, a inexigibilidade do débito e indevida a negativação do nome do autor.

Em que pese a existência de ensinância contrária, tenho convicção formada de que a “negativação” do nome do cidadão em serviço de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

proteção ao crédito instituído pela sociedade de consumo, **quando irregular, representa, em si dano moral, desnecessária qualquer prova específica sobre a efetiva causação do dano**; em outras palavras, verificadas as situações o dano se concretiza “in re ipsa”.

O que se busca proteger é a imagem do cidadão/consumidor perante o mercado, a qual tem grande importância principalmente no momento da concessão do crédito.

A reparação, em casos como o examinado tem grosso modo, dupla finalidade: **admonitória**, para que a prática do ato abusivo não se repita e **compensatória**, trazendo à vítima algum conforto econômico pelas agruras experimentados ao longo do penoso processo.

Nesse sentido Resp. 203.755/MS, DJ de 21/06/99 e Resp. 234.481/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Assim, me parece justo que a ré indenize o autor com quantia equivalente a R\$ 5.000,00.

\*\*\*

Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial para **DECLARAR** a **INEXIGIBILIDADE** da dívida incluída por Satchimo Com. Livros Serviços e **CONDENAR** a requerida,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SATCHIMO COM. LIVROS SERVIÇOS**, a pagar ao autor, LUIZ CARLOS MARTINEZ, indenização por danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção a contar da publicação da presente, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da data do ilícito (10/01/2008 – fls. 141)

Outrossim, **DETERMINO**, em caráter definitivo, a exclusão do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito em relação ao débito aqui discutido. Oficie-se para tanto.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**